

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2025
CREDENCIAMENTO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA
O AGENCIAMENTO DE PASSAGENS AÉREAS

Edital de credenciamento para contratação de empresa especializada na Prestação de Serviços de Agenciamento de Passagens Aéreas Nacionais, incluindo: reserva, emissão, marcação, remarcação, na modalidade de menor valor por passagem.

Câmara Municipal de Urupá/RO, torna público, para conhecimento dos interessados que, a Câmara Municipal de Urupá, sediada na Rua Otávio Pedro de Oliveira, n. 5049 - Bairro Alto Alegre, CEP- 76.929-000, que se encontra autorizado e aberto, através do Processo Administrativo nº. 54/2025, para o credenciamento de empresa especializada na prestação de serviços de agenciamento de passagens aéreas nacionais, incluindo: reserva, emissão, marcação, remarcação para atender as necessidades do Poder Legislativo.

O presente procedimento será regido pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e as exigências estabelecidas neste Edital e demais normas vigentes.

Endereço eletrônico para Entrega da Documentação:

Através do e-mail: licitacoescamaraurupa@gmail.com, com o assunto “

Data para Entrega da Documentação: À partir de 30/09/2025

O recebimento dos documentos será das 7:30h às 13:30h

1. DO OBJETO

1.1 É objeto do presente edital o credenciamento de empresa especializada na prestação de serviços de agenciamento de passagens aéreas nacionais, incluindo: reserva, emissão, marcação, remarcação para atender as necessidades do Poder Legislativo, cujos valores, descrições e condições estão detalhadas no Termo de Referência **(Anexo I)**.



Palácio Dr.^a Elaine M^a Altafim

PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE URUPÁ-RO

1.2 Conforme art. 6º, inciso XLIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, define-se credenciamento como o processo administrativo de chamamento público em que a Administração Pública convoca interessados em prestar serviços ou fornecer bens para que, preenchidos os requisitos necessários, se credenciem no órgão ou na entidade para executar o objeto quando convocados.

1.3 O critério de seleção é o previsto no art. 79, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/2021, uma vez que trata-se de contratação onde há uma flutuação constante do valor.

2. DA FORMA, PRAZOS E CONDIÇÕES DE CREDENCIAMENTO

2.1 Poderão participar do presente processo e serão credenciadas pessoas jurídicas interessadas que comprovarem atender a todas as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

2.2 Os dados informados na Solicitação de Credenciamento são de responsabilidade dos interessados, que deverão comprová-los através da apresentação da documentação.

2.3 Não será admitida a participação:

- a) Aquele que não atenda às condições deste edital e seus anexos;
- b) Pessoa jurídica que se encontre, ao tempo do credenciamento, impossibilitada de participar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- c) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função no procedimento auxiliar de licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- d) Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404/76 concorrendo entre si; e) Pessoa jurídica que, nos 05 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de



PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE URUPÁ-RO

Palácio Dr.^a Elaine M^a Altafim

trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

f) Agente público do Município, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria;

2.4 O impedimento de que trata a alínea “b” do item 2.3, supra, será também aplicado ao interessado que atue em substituição a outra pessoa jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do credenciado.

2.5 Durante a vigência do contrato, é vedado à credenciada contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão contratante ou de agente público que desempenhe função no procedimento auxiliar de licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

2.6 Com exceção dos documentos que, por sua natureza, não possuem prazo de validade, os demais documentos deverão ser apresentados dentro da validade neles expressa ou com data de expedição não superior a 03 (três) meses da data da *Solicitação de Credenciamento*.

2.7 Os interessados deverão atuar em ramo de atividade compatível com o objeto do credenciamento.

2.8 Os interessados deverão encaminhar a documentação obrigatória, com vistas à habilitação e à formalização do pedido de credenciamento, após a publicação deste edital, nos termos do item 3.

2.10 Ao término do período informado, o credenciamento permanecerá aberto à medida em que novos interessados comprovem o atendimento aos requisitos de habilitação, ficando aptos a firmarem o Termo de Credenciamento.



PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE URUPÁ-RO

Palácio Dr.^a Elaine M^a Altafim

2.10 Não haverá procedimento de classificação das manifestações, sendo que todas as companhias aéreas que se manifestarem e que atenderem as exigências do presente edital poderão celebrar Termo de Credenciamento.

2.11 A escolha da credenciada para a realização dos serviços se dará mediante a oferta do menor preço cotado, ou seja, dentre todas as cotações, a contratante optará que ofertar o menor preço, desde que seja observada todas às condições implícitas neste edital, conforme preceitua o **item 4 do Termo de Referência**.

3. DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1 Para participar do credenciamento, o interessado deverá apresentar, exclusivamente por meio eletrônico, a documentação para avaliação pela comissão de contratação designada, através do endereço de e-mail licitacoescamaraurupa@gmail.com, com a indicação do assunto “Credenciamento em Processo Licitatório”.

3.2 Na Solicitação de Credenciamento, o interessado declarará, que:

- a) Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos;
- b) Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;
- c) Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- d) Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.3 O interessado organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133/21.

3.4 A falsidade das declarações sujeitará o interessado às sanções previstas na Lei nº 14.133/21 e neste edital.



Palácio Dr^a. Elaine M^a Altafim

PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE URUPÁ-RO

4. DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO

4.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA

- 4.1.1** Cédula de identidade de todos os sócios da pessoa jurídica;
- 4.1.2** Certificado de condição de Microempreendedor individual, no caso de MEI;
- 4.1.3** Cópia do registro comercial, no caso de empresa individual;
- 4.1.4** Cópia do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- 4.1.5** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);
- 4.1.6** Cópia do decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- 4.1.7** Se a pessoa jurídica se fizer representar por procurador, faz-se necessária a apresentação de cópia da cédula de identidade ou documento equivalente do procurador, bem como da respectiva Procuração (com menção expressa de que lhe confere amplos poderes, inclusive para assinar propostas, atas, termos, contratos, para recebimento de intimações e notificações, desistência ou não de recursos, bem como demais atos pertinentes ao certame) com firma reconhecida ou por instrumento público.

4.2 HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

- 4.2.1** Prova de inscrição no cadastro estadual ou municipal de contribuintes, se houver, relativa ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da licitação;
- 4.2.2** Prova de regularidade perante a Fazenda Nacional (Dívida Ativa da União e Contribuições Federais);
- 4.2.3** Prova de regularidade perante a fazenda estadual do domicílio ou sede do licitante;



PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE URUPÁ-RO

Palácio Dr.^a Elaine M^a Altafim

4.2.4 Prova de regularidade perante a fazenda municipal do domicílio ou sede do licitante;

4.2.5 Prova de regularidade perante ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

4.2.6 Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

4.2.8 Se a pessoa jurídica se fizer representar por procurador, faz-se necessária a apresentação de cópia da cédula de identidade ou documento equivalente do procurador, bem como da respectiva Procuração (com menção expressa de que lhe confere amplos poderes, inclusive para assinar propostas, atas, termos, contratos, para recebimento de intimações e notificações, desistência ou não de recursos, bem como demais atos pertinentes ao certame) com firma reconhecida ou por instrumento público;

4.3 HABILITAÇÃO TÉCNICA

4.3.1 Comprovante, ou Inscrição, ou Certificado de registro expedido pela Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR).

4.3.2 Declaração emitida pelas Companhias Aéreas nacionais que estejam operando no estado de Rondônia: (GOL, LATAM AZUL), comprovando que a licitante se encontra em situação regular enquanto Agência de Turismo, que é possuidora de créditos e está autorizada a emitir passagens aéreas dessas companhias durante a vigência do eventual Contrato de Prestação de Serviços. A Declaração deverá ter data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias, a contar da publicação deste Edital ou da entrega da documentação.

4.3.4.1 Serão aceitas declarações emitidas em nome de agências consolidadoras, desde que comprovado o vínculo para emissões de passagens entre a agência consolidada e a respectiva consolidado.

4.4 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA



PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE URUPÁ-RO

Palácio Dr.^a. Elaine M^a Altafim

4.4.1 Certidão Negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, dentro do prazo de validade ou com data não superior a 90 (noventa) dias da data de entrega da solicitação de credenciamento.

5. DO PERÍODO DE HABILITAÇÃO E VERIFICAÇÃO DOS DOCUMENTOS

5.1 Aberto o período para solicitações de credenciamento, os interessados deverão entregar toda a documentação de habilitação.

5.2 A análise dos documentos de habilitação será realizada pela comissão de contratação em prazo não superior a 10 (dez) dias úteis, contados a partir do requerimento acompanhado dos documentos.

5.3 Os documentos de habilitação serão examinados pela comissão de contratação que verificará a autenticidade das certidões junto aos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores.

5.4 Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação.

5.5 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação

dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

5.5.1 As certidões apresentadas na habilitação, que tenham sido expedidas em meio eletrônico, serão tidas como originais após terem a autenticidade de seus dados e certificação digital conferidos pela comissão, dispensando nova apresentação, exceto se vencido o prazo de validade. A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante agente público, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal.



PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE URUPÁ-RO

Palácio Dr.^a. Elaine M^a Altafim

5.6 Serão considerados habilitados e credenciados os interessados que cumprirem todas as exigências deste edital, sendo inabilitados e não credenciados aqueles que não cumprirem e não manifestarem interesse em complementar a documentação necessária.

5.7 O prazo de vigência do credenciamento será de 1 (um) ano, contado da data de sua publicação, prorrogável por iguais e sucessivos períodos, a critério do Poder Público, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, tendo em vista o disposto no art. 106 da Lei n.º 14.133/2021.

5.8 A todo tempo, enquanto persistirem as necessidades do Poder Público, qualquer interessado que preencha os requisitos para o credenciamento, poderá habilitar-se.

6. DA DIVULGAÇÃO DO RESULTADO

6.1 Após a análise documental, a comissão de contratação apresentará a relação geral dos credenciados, assim como a complementar sempre que novos interessados se credenciarem.

6.2 O processo de análise e o resultado final serão homologados pelo Presidente da Câmara.

6.3 Após o deferimento do credenciamento, o interessado será comunicado via correio eletrônico/telefone, A Câmara Municipal fará publicação no Diário Oficial do Município (AROM), quando então será comunicado a assinar o Contrato, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de cancelamento.

6.4 A lista dos credenciados, segundo os critérios do edital, será divulgada e mantida atualizada por meio do sítio eletrônico <https://urupa.oxy.elotech.com.br/portalttransparencia/6/licitacoes> e será publicada no Diário Oficial do Município (AROM).

6.5 A homologação do requerimento vincula o credenciado, sujeitando-o, integralmente, às condições estabelecidas neste edital.

6.6 A adesão de credenciados ao longo da vigência do credenciamento terá efeitos em relação apenas ao período remanescente de vigência.



PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE URUPÁ-RO

Palácio Dr.^a. Elaine M^a Altafim

7. RECURSO

7.1 A interposição de recurso referente à habilitação ou inabilitação, à anulação ou revogação do credenciamento, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/21.

7.2 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

7.3 Os recursos deverão ser protocolados no endereço eletrônico: licitacoescamaraurupa@gmail.com

7.4 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

7.5 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

7.6 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais interessados/credenciados será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

7.7 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8. ENCERRAMENTO DA ETAPA DE HABILITAÇÃO

8.1 Encerrada a habilitação e exauridos os recursos administrativos, o credenciamento será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

- a) determinar o retorno dos autos para sanar as irregularidades;
- b) revogar o credenciamento por motivo de conveniência e oportunidade;
- c) proceder à anulação do credenciamento, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;



Palácio Dr^a. Elaine M^a Altafim

PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE URUPÁ-RO

d) adjudicar o objeto e homologar o credenciamento.

e) sempre que houver um novo credenciado, se repetirá os mesmos procedimentos.

9. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o interessado ou credenciado que, com dolo ou culpa: I. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o credenciamento;

II. Fraudar o credenciamento;

III. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

a) Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

b) Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

c) Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

IV. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do credenciamento;

9.2 Com fulcro na Lei nº 14.133/21, o Poder Público poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos interessados e/ou credenciados as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

a) Advertência;

b) Multa;

c) Impedimento de licitar e contratar pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

a) A natureza e a gravidade da infração cometida;



PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE URUPÁ-RO

Palácio Dr.^a. Elaine M^a Altafim

- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4 A multa será em percentual prevista na minuta de contrato no texto dedicado as penalidades da clausula vigésima quarta e correlatas:

9.5 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

9.6 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.7 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas no item ***DAS PENALIDADES- MINUTA DE CONTRATO***, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.8 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas no item ***DAS PENALIDADES - MINUTA DE CONTRATO***.

9.9 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

9.10 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a



PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE URUPÁ-RO

Palácio Dr.^a Elaine M^a Altafim

instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o interessado/credenciado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

9.11 Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

9.12 A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

9.13 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento. O recurso e o pedido



PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE URUPÁ-RO

Palácio Dr.^a Elaine M^a Altafim

de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados ao Município.

9.14 A aplicação de multa de mora não impedirá que o Poder Público a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções.

9.15 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pelo Poder Público ao credenciado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada administrativa ou judicialmente.

9.16 É admitida a reabilitação do credenciado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

- a) reparação integral do dano causado ao Poder público;
- b) pagamento da multa;
- c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

9.17 As infrações e penalidades dispostas nesse item se referem especialmente às disposições do credenciamento, ficando no contrato os regramentos complementares inerentes à fase contratual.

10. CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO



PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE URUPÁ-RO

Palácio Dr.^a Elaine M^a Altafim

10.1 O credenciamento terá vigência de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado nas hipóteses legais, tendo eficácia legal após a publicação do seu extrato no Diário Oficial do Município (AROM).

10.2 Ao final de cada período de 1 (um) ano e durante a vigência deste credenciamento, será republicado o aviso do edital para credenciamento de novos interessados, sem prejuízo dos credenciamentos já homologados.

10.3 A convocação para a assinatura do Contrato se dará após efetivada a habilitação do interessado, segundo os critérios deste Edital, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.4 O prazo de convocação de que trata o item anterior, poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte, durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pelo Poder Público.

10.5 A minuta do contrato a ser celebrado consta como anexo deste Edital.

11. DOS PREÇOS E DO PAGAMENTO

11.1 Os valores das passagens aéreas variam muito em decorrência de período, datas, trajetos, diante disso, ao credenciar empresas de agenciamento de viagens, a Câmara Municipal buscará realizar a cada passagem solicitada uma nova cotação, afim de verificar os preços praticados ampliando a competitividade das empresas durante a vigência de contrato e gerar mais economicidade ao município.

11.2 A **CONTRATADA** indicará, na Nota Fiscal/Fatura, de forma clara, simples e inequívoca, todos os valores que compõem o preço final da passagem.

11.3 Para fins de remuneração a ser paga à **CONTRATADA**, tem-se que:

11.3.1 Passagem – engloba todos os trechos da viagem (o trecho de ida e o(s) trecho(s) intermediário(s) – caso seja necessário – trecho de volta, ou somente um dos trechos – nos casos em que isso represente toda a contratação da requisição).



PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE URUPÁ-RO

Palácio Dr^a. Elaine M^a Altafim

11.3.2 A remuneração a ser paga pelo serviço de agenciamento de viagens será devida somente nos casos em que haja efetiva emissão das passagens, remarcação ou cancelamento, não sendo devido, pelo **CONTRATANTE**, qualquer valor à **CONTRATADA** pela mera realização de cotações, reservas sem emissão, assessoramento para escolha de voos e marcação de assentos.

11.3.3 As solicitações de reembolso de passagens não serão consideradas como serviço, para efeito de remuneração.

11.3.4 A remuneração a ser paga pelo serviço de agenciamento de viagens será apurada, exclusivamente, a partir do valor unitário ofertado pela prestação do serviço, multiplicado pela quantidade de serviços corretamente efetuados.

11.4 Havendo diferença em desfavor do Poder Público, entre o valor cobrado pelas passagens aéreas e o valor informado na nota fiscal, o **CONTRATANTE** solicitará a retificação da fatura. Caso o pagamento já tenha sido efetuado, o desconto do valor pago a mais será efetuado na fatura subsequente.

11.5 O valor da tarifa a ser considerado será aquele praticado pelas concessionárias de serviços de transporte aéreo, inclusive quanto às classes promocionais.

11.6 O pagamento será por emissão de passagem, efetuado em até 3 (três) dias úteis da apresentação do relatório e da fatura, devidamente atestada pelo gestor do contrato, devendo ser apresentada pela **CONTRATADA** com antecedência mínima de até 10 (dez) dias de seu vencimento.

11.7 Os novos valores decorrentes da atualização ou da revisão serão aplicados aos credenciamentos vigentes e àqueles credenciamentos realizados após concretizada a alteração dos preços constantes da tabela dos preços de referência, respeitada a data dos efeitos da alteração e a prévia comunicação aos credenciados, em caso de redução.

11.8 O pagamento será creditado em conta corrente em nome do credenciado, indicado na nota fiscal.



PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE URUPÁ-RO

Palácio Dr.^a Elaine M^a Altafim

11.9 Caso o prestador seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos, de acordo com a Lei Complementar nº 123/2006.

11.10 Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta será devolvida ao prestador, e o pagamento ficará pendente até que ele providencie as medidas sanadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus para o Poder Legislativo.

11.11 Junto à nota fiscal, o credenciado deverá encaminhar as certidões de regularidade fiscal e trabalhista, comprovando a manutenção das condições de habilitação.

11.12 Os tributos e as contribuições fiscais, bem como quaisquer outras despesas necessárias à dos serviços são de responsabilidade do prestador, podendo o Contratante exigir, a qualquer tempo, a comprovação de sua regularidade.

12. DAS HIPÓTESES DE DESCRENCIAMENTO

12.1 O Poder Legislativo poderá promover o descredenciamento, a qualquer tempo, por razões devidamente fundamentadas em fatos supervenientes ou conhecidos após o credenciamento, que importem comprometimento da capacidade técnica, fiscal ou da postura profissional do Credenciado, ou ainda que fira o padrão ético ou operacional do trabalho, sem que caiba ao mesmo qualquer direito a indenização, compensação ou reembolso, seja a que título for.

12.2 Aqueles que não deixarem de cumprir a execução da demanda de serviços serão descredenciados.

12.3 O credenciado poderá solicitar o seu descredenciamento a qualquer tempo, desde que requerido com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, desde que não pendentes de ordens de serviço.



Palácio Dr.^a Elaine M^a Altafim

PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE URUPÁ-RO

12.4 Na hipótese de descumprimento das obrigações pelo credenciado, este estará sujeito às sanções previstas no Edital, seus Anexos e na Lei Federal nº 14.133/2021.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

13.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/21, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data do início do credenciamento.

13.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data do início do credenciamento.

13.3 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pela comissão de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.5 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para o início do processo de credenciamento.

13.6 As respostas aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações serão divulgadas no seguinte sítio eletrônico da Câmara Municipal
<https://urupa.oxy.elotech.com.br/portaltransparencia/6/licitacoes>

13.7 As decisões e/ou respostas constarão no sistema e serão vinculativas.

14. DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIADO

14.1. Prestar os serviços transacionais de emissão, reemissão (alteração/remarcação) e cancelamento de bilhetes de passagens aéreas nacionais.

14.2. Não transferir, sob nenhum pretexto, sua responsabilidade para outras entidades.



PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE URUPÁ-RO

Palácio Dr.^a. Elaine M^a Altafim

14.3. Assumir integral responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que realizar, assim como pelos danos causados, direta ou indiretamente, decorrentes da realização desses.

14.4. Responder inteiramente por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, seguro de acidentes, impostos e quaisquer outros que forem devidos e referentes aos serviços oriundos da contratação.

14.5. Manter, durante a contratação, a Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND), o Certificado de Regularidade do FGTS - CRF, a prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal e a CNDT- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas devidamente atualizados.

14.6. Prestar serviços por meio de profissionais qualificados.

14.7. Tratar com urbanidade e respeito a qualquer servidor que esteja autorizado a contatar a empresa para solicitação de serviços, bem como os eventuais beneficiários de passagens aéreas, em caso de necessidade de contato com eles.

14.8. Providenciar a emissão de bilhetes e ordens de passagens, compreendendo a reserva, emissão, marcação, remarcação, cancelamento e outras atividades correlatas, com endosso e entrega conforme estabelecido nesta peça.

14.9. Prestar assessoramento para a definição de melhor roteiro, horário e frequência de voos (partida/chegada), melhores conexões e tarifas promocionais, procedendo, ainda, quando solicitado pelo **CONTRATANTE**, à filtragem dos resultados por meio de critérios diversos, tais como horários de embarque e desembarque, duração de voo, escalas, conexões, classes, aeroportos, dentre outros.

14.10. Nas hipóteses de solicitação, pelo **CONTRATANTE**, apenas do procedimento de reserva (sem o requerimento de imediata emissão de passagens aéreas), a **CONTRATADA** deverá efetuar, no período de segunda-feira a sábado, de forma automática – sem necessidade de nova solicitação por parte do **CONTRATANTE** – a sua tempestiva renovação, observadas as regras das companhias aéreas, de modo a garantir que as



PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE URUPÁ-RO

Palácio Dr.^a. Elaine M^a Altafim

reservas efetuadas sejam renovadas/refeitas durante toda a semana, não podendo haver cobrança de qualquer valor, ao **CONTRATANTE**, pelos procedimentos de reserva e de renovação de reserva, por parte da **CONTRATADA**, sendo devida a respectiva taxa de agenciamento apenas pela eventual emissão da passagem correspondente.

14.11. A entrega dos bilhetes de passagens aéreas nacionais deverá ser realizada em até 24 (vinte e quatro) horas após a solicitação direta do requisitante.

14.12. Proceder, no momento do envio de bilhetes de passagem ao **CONTRATANTE**, à remessa do detalhamento, em língua portuguesa, das regras relativas às passagens então emitidas, sobretudo em relação aos valores e/ou percentuais a serem eventualmente cobrados e/ou reembolsados em caso de alteração, cancelamento e demais eventualidades;

14.13 Emitir, remarcar e cancelar os bilhetes, bem como, quando solicitado, efetuar a marcação de assentos indicados pelo **CONTRATANTE**, sendo que, em caso de inoperância do sistema, deverá adotar as providências anteriormente elencadas, junto aos balcões das companhias aéreas do aeroporto.

14.14. Nas hipóteses de emissão, com posterior cancelamento/alteração, em que as empresas aéreas não cobrem valores ou multa por cancelamento/alteração de bilhete, a **CONTRATADA** deverá repassar o referido benefício ao **CONTRATANTE**, não devendo haver cobrança a esse respeito.

14.15. A cobrança de taxa/multa de cancelamento e/ou alteração de bilhetes pela **CONTRATADA** deverá vir acompanhada de demonstrativo detalhado da respectiva companhia aérea.

14.16. Observar, rigorosamente, as normas que regulamentam o exercício de suas atividades, cabendo-lhe inteiramente a responsabilidade por eventuais transgressões.

14.17. Providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades apontadas pelo **CONTRATANTE** na execução do contrato.

14.18. Remeter passagens via e-mail.



PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE URUPÁ-RO

Palácio Dr.^a Elaine M^a Altafim

14.19. A **CONTRATADA** deve manter a disposição do **CONTRATANTE**, a qualquer momento, das 8h às 18h, de segunda a sexta, funcionários para atender prontamente as solicitações decorrentes dos serviços contratados.

14.20. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados, cujas reclamações se obrigam prontamente a atender.

14.21. Fazer desdobramentos, cancelamentos, substituições e reembolsos de bilhetes não utilizados pelo **CONTRATANTE**, sendo que, em caso de alteração de tarifa, a **CONTRATADA** promoverá a compensação de valores, tanto como crédito, ou como débito, enviando o documento comprobatório pormenorizadamente detalhado de valores para o **CONTRATANTE**.

14.22. A **CONTRATADA** deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

14.23. Cumprir o prazo de execução e demais condições contratuais.

14.24. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o art. 23 do Código de Defesa do Consumidor (Lei n. 8.078, de 1990).

14.25. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

14.26. Assumir a responsabilidade por prejuízos causados ao Poder Legislativo por negligência, imperícia ou imprudência.

14.27. Executar os serviços conforme especificações contidas no Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta.



PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE URUPÁ-RO

Palácio Dr.^a Elaine M^a Altafim

14.28. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

14.29. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

14.30. Paralisar, por determinação da **CONTRATANTE**, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

14.31. Submeter previamente, por escrito, à **CONTRATANTE**, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

14.32. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

15. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

15.1. Acompanhar e fiscalizar, sem prejuízo da total responsabilidade da **CONTRATADA** perante o **CONTRATANTE** ou terceiros, o objeto contratado.

15.2. Proporcionar as facilidades necessárias à boa execução dos serviços, inclusive permitir o livre acesso dos funcionários da **CONTRATADA** às dependências do **CONTRATANTE**.

15.3. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA**.

15.4. Comprovar relatar, por escrito, as eventuais irregularidades na execução dos serviços, comunicando à **CONTRATADA** toda e qualquer ocorrência relacionada à prestação dos serviços.



PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE URUPÁ-RO

Palácio Dr.^a Elaine M^a Altafim

15.5. Suspender a execução dos trabalhos quando estiverem em desacordo com as condições explícitas nesse edital de credenciamento e seus respectivos anexos.

15.6. Emitir pareceres nos atos relativos à execução do contrato, sobretudo na aplicação de sanções e alterações.

15.7. Efetuar, dentro do prazo estabelecido no contrato, os pagamentos referentes aos serviços prestados e constante das faturas, observadas as condições estabelecidas neste Edital de Credenciamento.

15.8. Exigir da **CONTRATADA**, a qualquer tempo, a comprovação das condições de habilitação exigidas neste Edital de Credenciamento.

15.9. Comunicar à **CONTRATADA** qualquer alteração ocorrida em data e horários das passagens já emitidas.

15.10. Pagar multas referentes ao cancelamento de passagens já emitidas.

15.11. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, de acordo com as cláusulas contratuais.

15.12. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

15.13. Notificar a **CONTRATADA** por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.

15.14. Efetuar o pagamento à **CONTRATADA** no valor correspondente ao fornecimento do objeto, mediante Nota Fiscal.

15.15. Não praticar atos de ingerência na administração da **CONTRATADA**, tais como:

15.15.1. Exercer o poder de mando sobre os empregados da **CONTRATADA**, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário.

15.15.2. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas **CONTRATADAS**.

15.16. Aplicar as penalidades cabíveis, previstas no Edital de Credenciamento e na legislação vigente.



Palácio Dr^a. Elaine M^a Altafim

PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE URUPÁ-RO

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1 A simples apresentação, pelo interessado, da documentação exigida no presente certame não induzirá automática celebração do contrato, a mesma estará submetida as condições habilitatórias.

16.2 O Município poderá alterar, revogar ou anular o presente credenciamento, na forma da lei, sem que caiba aos participantes qualquer direito a reembolso, indenização ou compensação.

16.3 Os casos omissos serão decididos pela comissão de contratação, na forma da Lei Federal nº 14.133/2021.

16.4 O Poder Público tem a prerrogativa de fiscalizar o cumprimento satisfatório do objeto da presente licitação, por meio de agente designado para tal função, conforme o disposto na Lei nº 14.133/21.

16.5 Os licitantes assumem todos os custos de participação do credenciamento e a Câmara Municipal não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.6 Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.7 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.8 Fica eleito o Foro da Comarca de Alvorada do Oeste/RO, para dirimir quaisquer litígios oriundos deste procedimento auxiliar e do contrato dele decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

16.9 Este edital será divulgado e mantido à disposição do público em <https://urupa.oxy.elotech.com.br/portalttransparencia/6/licitacoes>, permitindo o cadastramento permanente de novos interessados.



PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE URUPÁ-RO

Palácio Dr.^a Elaine M^a Altafim

16.10 As partes não estão eximidas do cumprimento de obrigações e responsabilidades previstas na legislação vigente e não expressas neste edital de credenciamento.

16.11. De acordo com a RESOLUÇÃO n. 07, de janeiro de 18 de outubro de 2005, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e demais alterações, ficam as PROPONENTES cientificadas de que é vedada a contratação de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento, vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.

17. ANEXOS DO EDITAL

17.1 São partes integrantes, indissociáveis e atreladas ao conteúdo deste Edital os seguintes anexos, cujo teor vincula totalmente os interessados:

Anexo I - Termo de Referência;

Anexo II – Minuta de Contrato;

Anexo III – Termo de Credenciamento

Anexo IV – Estudo Técnico Preliminar;

Anexo VI - Declaração de Atendimento aos Requisitos de Habilitação;

Anexo VII - Declaração de Cumprimento ao Art. 63, § 1º da Lei 14.133/2021.

Urupá/RO, 12 de setembro de 2025.

Tayná T. Santos Cavalcante
Agente de Contratação



Palácio Dr^a. Elaine M^a Altafim

PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE URUPÁ-RO

ANEXO II

MINUTA DE CONTRATO

“CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE URUPÁ E A EMPRESA ____”.

Aos ____ dias do mês de ____ do ano de dois mil e vinte e cinco, **A CÂMARA MUNICIPAL DE URUPÁ**, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 63.789.416/0001-50, com sede na Rua Otávio Pedro de Oliveira, nº 5049, bairro Alto Alegre, nesta cidade de Urupá, estado de Rondônia, neste ato representado por seu presidente, **JARBAS LUIS DE ALMEIDA**, brasileiro, agente político, inscrito no CPF/MF sob o n. 598.656.602-53, portador da Cédula de Identidade RG n. 598.656.602-53, residente e domiciliado à Rua Bem-Te-Vi, n. 1571, Bairro Sumaúma, CEP: 76.929- 000, cidade de Urupá/RO, doravante denominado **CONTRATANTE**, e do outro lado a empresa ____, com sede em ____, inscrita no CNPJ sob n. ____, representada por seu representante legal o(a) Sr(a)____, brasileiro(a), portador(a) da cédula de identidade n. ____, inscrito(a) no CPF sob n. ____, residente e domiciliado(a) em ____, doravante denominado(a) simplesmente **CONTRATADO**, resolvem celebrar entre si o presente contrato de ____, sujeitando-se as normas preconizadas na Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021 e no que consta no procedimento licitatório que ocorreu na modalidade ____, mediante as cláusulas e condições seguintes:

DOS DOCUMENTOS

CLÁUSULA PRIMEIRA: Fazem parte deste contrato, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação anexado ao **Processo**



Palácio Dr.^a. Elaine M^a Altafim

PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE URUPÁ-RO

Administrativo n. 54/2025, inclusive a proposta apresentada pela **CONTRATADA**, o edital de Credenciamento, acompanhado de seus anexos.

DO OBJETO

CLÁUSULA SEGUNDA: Constitui objeto do presente contrato o Credenciamento De Empresa(S) Especializada(S) na Prestação de Serviços de Agenciamento de Passagens Aéreas Nacionais (Reserva, Emissão, Marcação, Remarcação e Reembolso, na Modalidade Menor Valor Por Passagem Aérea)

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A presente contratação será realizada por meio de processo licitatório, na modalidade de Chamamento Público.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O objeto referente a este contrato, serão fornecidos, na forma de execução indireta, e regida pela Lei Federal nº 14.133/2021 e em casos omissos deverão ser aplicados os preceitos de direito público, nos princípios da Teoria Geral dos Contratos.

DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

CLÁUSULA TERCEIRA: Os serviços serão executados de acordo com as condições contidas no Processo n. 54/2025, em conformidade com o disposto no § 2º do art. 89 da Lei n. 14.133/2021.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os serviços sob a responsabilidade da **CONTRATADA** são aqueles que correspondem aos que efetivamente forem executados em decorrência deste contrato. As execuções que apresentarem defeitos deverão ser refeitas, sem custos adicionais ao **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A falta de funcionários e/ou equipamentos e ferramentas não poderá ser alegada como motivo para a não execução dos serviços e não eximirá a **CONTRATADA** das penalidades a que estará sujeita pelo não cumprimento das condições estabelecidas.



Palácio Dr.^a. Elaine M^a. Altafim

PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE URUPÁ-RO

PARÁGRAFO TERCEIRO: A execução deverá ser rigorosamente de acordo com as especificações e demais elementos técnicos relacionados nesse instrumento, sendo que quaisquer alterações somente poderão ser realizadas se apresentadas, por escrito, e aprovadas pelo **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO QUARTO: A **CONTRATADA** só será eximida de sua responsabilidade por qualquer evento considerado como danoso e/ou prejudicial à regular execução dos serviços, se, após análise do **CONTRATANTE**, restar concluído que se trata de fato imprevisível, dificultoso à normal execução do contrato, ou previsível, porém de consequências incalculáveis, ou ainda, de caso fortuito e força maior, cabendo exclusivamente à **CONTRATADA** o encargo de reunir toda documentação necessária à comprovação da ocorrência dos fatos mencionados, a ser apreciada pelo **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO QUINTO: Em caso de irregularidade não sanada pela **CONTRATADA**, a **CONTRATANTE** reduzirá a termo os fatos ocorridos e encaminhará à **CONTRATANTE** para aplicação de penalidades.

PARÁGRAFO SEXTO: Em caso de necessidades de providências por parte da **CONTRATADA**, os prazos de pagamento serão suspensos e, conforme o caso, a outras sanções estabelecidas na Lei e neste instrumento.

PARÁGRAFO SÉTIMO: Ofertar, sempre que solicitado, listagem atualizada na qual constem todos os voos, horários de partida e de chegada, designação das classes, incluindo escalas e conexões, aeroportos e valores, obtidas junto a todas as companhias aéreas atuantes no mercado nacional.

PARÁGRAFO OITAVO: A presente contratação compreende a reserva, emissão, marcação e reembolso de bilhetes de passagens aéreas nacionais.

PARÁGRAFO NONO: A entrega dos bilhetes de passagens aéreas nacionais deverá ser realizada em até 24 (vinte e quatro) horas após a solicitação direta do requisitante.



PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE URUPÁ-RO

Palácio Dr.^a Elaine M^a Altafim

PARÁGRAFO DÉCIMO: As passagens serão requisitadas de acordo com a necessidade das seções que formalizarão suas demandas, mediante o envio da Nota de Empenho correspondente.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: As empresas credenciadas devem disponibilizar as seguintes facilidades, via agenciamento:

- a) Reserva;
- b) Emissão de bilhetes;
- c) Alteração/remarcação de bilhetes;
- d) Consulta e informação de melhor rota ou percurso;
- e) Consulta e frequência de voos;
- f) Consulta a menor tarifa disponível.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: Manter para a **CONTRATANTE** ou a sua disposição, a qualquer momento, das 8h às 18h, de segunda a sexta, funcionários para atender prontamente as solicitações decorrentes dos serviços contratados.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO: Entregar os bilhetes/passagens via e-mail ou, sendo o caso, fisicamente, por mensageiros da empresa **CONTRATADA**, devidamente identificados por crachás e/ou uniformes.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO: Reservar/emitir a passagem de menor preço, sempre que possível, dentre aqueles oferecidos pelas companhias aéreas, inclusive os decorrentes da aplicação de tarifas promocionais ou reduzidas, para horários compatíveis com a programação da viagem, após prévia determinação do **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO: Prestar assessoramento para definição de melhor roteiro, horário e frequência de voos (partida/chegada).

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO: Repassar integralmente todos os descontos promocionais de tarifas reduzidas, concedidos pelas companhias aéreas.



Palácio Dr.^a. Elaine M^a Altafim

PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE URUPÁ-RO

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO: Fornecer, sempre que solicitado pela **CONTRATANTE**, a comprovação dos valores vigentes das tarifas à data da emissão das passagens, por companhia aérea.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO: A execução dos serviços será iniciada logo após a assinatura do contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO NONO: O valor da passagem aérea a ser cobrado pela **CONTRATADA** deverá estar de acordo com as tabelas praticadas pelas companhias aéreas, inclusive em casos de tarifas promocionais, nas formas estabelecidas pelos órgãos governamentais regulamentadores.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO: O órgão ou entidade pagará, ainda, à **CONTRATADA** o valor das passagens aéreas acrescido das taxas de embarque emitidas no período faturado.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO PRIMEIRO: O pagamento corresponderá aos serviços efetivamente executados, no valor exato da utilização, respeitando-se os limites impostos em contrato.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO SEGUNDO: A **CONTRATADA** deverá emitir faturas e/ou notas fiscais distintas, uma contendo o valor do serviço de agenciamento de viagens e outra com o valor das passagens aéreas, acrescido da taxa de embarque, discriminando os descontos promocionais de tarifas reduzidas.

DA VIGÊNCIA

CLAÚSULA QUARTA: O prazo de vigência inicial do contrato será de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permaneçam vantajosos para o Poder Público, conforme expresse no art. 105 e 106 da Lei Federal n. 14.133

DA FISCALIZAÇÃO

Rua Otávio Pedro de Oliveira, n. 5049 - Bairro Alto Alegre, CEP- 76.929-000
CNPJ: 63.789.416/0001-50, fone (69) 3413-2444

"A prática do racismo e da discriminação é crime (CF./88, art. 5º, XLII; Lei 7.716/79)"



Palácio Dr.^a. Elaine M^a Altafim

PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE URUPÁ-RO

CLAÚSULA QUINTA: Caberá à autoridade máxima do órgão ou da entidade, ou a quem as normas de organização administrativa indicarem, promover gestão por competências e designar agentes públicos para o desempenho das funções essenciais.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes do Poder público, especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei n. 14.133, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Entre as principais atribuições do fiscal, está presente os seguintes tópicos:

- a) O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
- b) O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência;
- c) O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de Assessoramento Jurídico e de Controle Interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Entre as principais atribuições do gestor, está presente os seguintes tópicos:

- a) Gerir a execução contratual;
- b) Acompanhar e cobrar as ações de fiscalização efetuadas pelos fiscais;
- c) Comunicar à Administração as possíveis anomalias, bem como as necessidades de prorrogação ou não dos contratos sob sua responsabilidade.
- d) Fiscalizar a execução do presente contrato, de modo a que sejam cumpridas, integralmente, as condições constantes de suas cláusulas;



Palácio Dr.^a Elaine M^a Altafim

PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE URUPÁ-RO

- e) Comprovar e relatar por escrito as eventuais irregularidades;
- f) Determinar o que for necessário à regularização de faltas ou defeitos verificados, podendo sustar a execução de quaisquer trabalhos, em casos de desacordo com o especificado ou por motivo que caracterize a necessidade de tal medida;
- g) Exigir que a **CONTRATADA** mantenha organizado e atualizado um sistema de controle relativo ao cumprimento de suas obrigações, assinado por seu representante e pelo fiscal indicado no caput desta cláusula ou por servidor por ele designado;
- h) Certificar a prestação de serviço no verso da nota fiscal/fatura.

PARÁGRAFO QUARTO: O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato.

PARÁGRAFO QUINTO: A **CONTRATADA** pela completa e perfeita execução do objeto contratual, tampouco restringe a responsabilidade integral e exclusiva da **CONTRATADA** quanto à integralidade e à correção dos fornecimentos a que se obrigou, suas consequências e implicações perante terceiros, próximas ou remotas.

PARÁGRAFO SEXTO: Caso o servidor acate um valor maior do que já foi ofertado pela passagem, cabe ao gestor/fiscal do contrato, averiguar que o mesmo irá arcar com o prejuízo dado aos cofres públicos.

OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

CLÁUSULA SEXTA: São obrigações e responsabilidades da **CONTRATADA**:

- a) Prestar os serviços transacionais de emissão, reemissão (alteração/remarcação) e cancelamento de bilhetes de passagens aéreas nacionais;
- b) Não transferir, sob nenhum pretexto, sua responsabilidade para outras entidades;



Palácio Dr^a. Elaine M^a Altafim

PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE URUPÁ-RO

- c) Assumir integral responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que realizar assim como pelos danos causados, direta ou indiretamente, decorrentes da realização desses;
- d) Responder inteiramente por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, seguro de acidentes, impostos e quaisquer outros que forem devidos e referentes aos serviços oriundos da contratação;
- e) Manter, durante a contratação, a Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND), o Certificado de Regularidade do FGTS - CRF, a prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal e a CNDT– Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas devidamente atualizados;
- f) Considerar que a ação de fiscalização do Poder Público não exonera a empresa a ser **CONTRATADA** de suas responsabilidades contratuais;
- g) Prestar serviços por meio de profissionais qualificados;
- h) Tratar com urbanidade e respeito a qualquer servidor que esteja autorizado a constatar a empresa para solicitação de serviços, bem como os eventuais beneficiários de passagens aéreas, em caso de necessidade de contato com eles;
- i) Providenciar a emissão de bilhetes e ordens de passagens, compreendendo a reserva, emissão, marcação, remarcação, cancelamento e outras atividades correlatas, com endosso e entrega conforme estabelecido nesta peça;
- j) Prestar assessoramento para a definição de melhor roteiro, horário e frequência de voos (partida/chegada), melhores conexões e tarifas promocionais, procedendo, ainda, quando solicitado pelo **CONTRATANTE**, à filtragem dos resultados por meio de critérios diversos, tais como horários de embarque e desembarque, duração de voo, escalas, conexões, classes, aeroportos, dentre outros;
- k) Nas hipóteses de solicitação, pelo **CONTRATANTE**, apenas do procedimento de reserva (sem o requerimento de imediata emissão de passagens aéreas), a **CONTRATADA** deverá efetuar, no período de segunda-feira a sábado, de forma



Palácio Dr.^a Elaine M^a Altafim

PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE URUPÁ-RO

automática – sem necessidade de nova solicitação por parte do **CONTRATANTE** – a sua tempestiva renovação, observadas as regras das companhias aéreas, de modo a garantir que as reservas efetuadas sejam renovadas/refeitas durante toda a semana, não podendo haver cobrança de qualquer valor, ao **CONTRATANTE**, pelos procedimentos de reserva e de renovação de reserva, por parte da **CONTRATADA**, sendo devida a respectiva taxa de agenciamento apenas pela eventual emissão da passagem correspondente;

- l) A entrega dos bilhetes de passagens aéreas nacionais deverá ser realizada em até 24 (vinte e quatro) horas após a solicitação direta do requisitante;
- m) Proceder, no momento do envio de bilhetes de passagem ao **CONTRATANTE**, à remessa do detalhamento, em língua portuguesa, das regras relativas às passagens então emitidas, sobretudo em relação aos valores e/ou percentuais a serem eventualmente cobrados e/ou reembolsados em caso de alteração, cancelamento e demais eventualidades;
- n) Emitir, remarcar e cancelar os bilhetes, bem como, quando solicitado, efetuar a marcação de assentos indicados pelo **CONTRATANTE**, sendo que, em caso de inoperância do sistema, deverá adotar as providências anteriormente elencadas, junto aos balcões das companhias aéreas do aeroporto;
- o) Nas hipóteses de emissão, com posterior cancelamento/alteração, em que as empresas aéreas não cobrem valores ou multa por cancelamento/alteração de bilhete, a **CONTRATADA** deverá repassar o referido benefício ao **CONTRATANTE**, não devendo haver cobrança a esse respeito;
- p) A cobrança de taxa/multa de cancelamento e/ou alteração de bilhetes pela **CONTRATADA** deverá vir acompanhada de demonstrativo detalhado da respectiva companhia aérea;



Palácio Dr.^a Elaine M^a Altafim

PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE URUPÁ-RO

- q) Observar, rigorosamente, as normas que regulamentam o exercício de suas atividades, cabendo-lhe inteiramente a responsabilidade por eventuais transgressões;
- r) Providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades apontadas pelo **CONTRATANTE** na execução do contrato;
- s) Remeter passagens via e-mail;
- t) A **CONTRATADA** deve manter a disposição do **CONTRATANTE**, a qualquer momento, das 8h às 18h, de segunda a sexta, funcionários para atender prontamente as solicitações decorrentes dos serviços contratados;
- u) Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados, cujas reclamações se obrigam prontamente a atender;
- v) Fazer desdobramentos, cancelamentos, substituições e reembolsos de bilhetes não utilizados pelo **CONTRATANTE**, sendo que, em caso de alteração de tarifa, a **CONTRATADA** promoverá a compensação de valores, tanto como crédito, ou como débito, enviando o documento comprobatório pormenorizadamente detalhado de valores para o **CONTRATANTE**;
- w) A **CONTRATADA** deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- x) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o art. 23 do Código de Defesa do Consumidor (Lei n. 8.078, de 1990);
- y) Assumir a responsabilidade por prejuízos causados a Câmara Municipal de Urupá/RO por negligência, imperícia ou imprudência;
- z) Cumprir o prazo de execução e demais condições contratuais.

OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

CLÁUSULA SÉTIMA: São obrigações e responsabilidades da **CONTRATANTE**:

Rua Otávio Pedro de Oliveira, n. 5049 - Bairro Alto Alegre, CEP- 76.929-000

CNPJ: 63.789.416/0001-50, fone (69) 3413-2444

"A prática do racismo e da discriminação é crime (CF./88, art. 5º, XLII; Lei 7.716/79)"



Palácio Dr^a. Elaine M^a Altafim

PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE URUPÁ-RO

- a) Acompanhar e fiscalizar, sem prejuízo da total responsabilidade da **CONTRATADA** perante o **CONTRATANTE** ou terceiros, o objeto contratado;
- b) Proporcionar as facilidades necessárias à boa execução dos serviços, inclusive permitir o livre acesso dos funcionários da **CONTRATADA** às dependências do **CONTRATANTE**;
- c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA**;
- d) Comprovar relatar, por escrito, as eventuais irregularidades na execução dos serviços, comunicando à **CONTRATADA** toda e qualquer ocorrência relacionada à prestação dos serviços;
- e) Suspender a execução da trabalhos quando em desacordo em o especificado neste TR ou por motivo que justifica tal medida;
- f) Emitir pareceres nos atos relativos à execução do contrato, sobretudo na aplicação de sanções e alterações;
- g) Efetuar, dentro do prazo estabelecido no contrato, os pagamentos referentes aos serviços prestados e constante das faturas, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- h) Exigir da **CONTRATADA**, a qualquer tempo, a comprovação das condições de habilitação exigidas neste Termo de Referência;
- i) Comunicar à **CONTRATADA** qualquer alteração ocorrida em data e horários das passagens já emitidas;
- j) Pagar multas referentes ao cancelamento de passagens já emitidas;
- k) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, de acordo com as cláusulas contratuais;
- l) Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- m) Notificar a **CONTRATADA** por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando



Palácio Dr^a. Elaine M^a Altafim

PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE URUPÁ-RO

- prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- n) Efetuar o pagamento à **CONTRATADA** no valor correspondente ao fornecimento do objeto, mediante Nota Fiscal;
- o) Não praticar atos de ingerência na administração da **CONTRATADA**, tais como:
- o1. Exercer o poder de mando sobre os empregados da **CONTRATADA**, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
 - o2. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas **CONTRATADAS**.
- p) Aplicar as penalidades cabíveis, previstas no Termo de Referência, em edital e na legislação vigente.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CLÁUSULA OITAVA: As despesas decorrentes desta contratação correrão com a Programática 01.001.01.031.0011.2.025, e Elemento de Despesa, 3.3.90.33.00.00 – Passagem e despesas com locomoção, Desdobramento 96

DO VALOR

CLÁUSULA NONA: O valor para contratação de empresa especializada na execução dos serviços é de **R\$ xxxxxxxx**, conforme o valor anual estipulado pela Câmara Municipal para aquisição de passagens aéreas, conforme os Documentos anexados ao **Processo Administrativo n. 54/2025**.

PARÁGRAFO ÚNICO. O valor acima está incluso todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.



Palácio Dr.^a. Elaine M^a Altafim

PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE URUPÁ-RO

DO PAGAMENTO

CLÁUSULA DÉCIMA: O pagamento será por emissão de passagem, efetuado em até 3 (três) dias úteis da apresentação do relatório e da fatura, devidamente atestada pelo gestor do contrato, devendo ser apresentada pela **CONTRATADA** com antecedência mínima de até 10 (dez) dias de seu vencimento.

CLAÚSULA DÉCIMA PRIMEIRA: A **CONTRATADA** indicará, na Nota Fiscal/Fatura, de forma clara, simples e inequívoca, todos os valores que compõem o valor da passagem.

CLAÚSULA DÉCIMA SEGUNDA: Para fins de remuneração a ser paga à **CONTRATADA**, tem-se que:

- a) Passagem – engloba todos os trechos da viagem (o trecho de ida e o(s) trecho(s) intermediário(s) – caso seja necessário – trecho de volta, ou somente um dos trechos – nos casos em que isso represente toda a contratação da requisição).
- b) A remuneração a ser paga pelo serviço de agenciamento de viagens será devida somente nos casos em que haja efetiva emissão das passagens, remarcação ou cancelamento, não sendo devido, pelo **CONTRATANTE**, qualquer valor à **CONTRATADA** pela mera realização de cotações, reservas sem emissão, assessoramento para escolha de voos e marcação de assentos.
- c) As solicitações de reembolso de passagens não serão consideradas como serviço, para efeito de remuneração.
- d) A remuneração a ser paga pelo serviço de agenciamento de viagens será apurada, exclusivamente, a partir do valor unitário ofertado pela prestação do serviço, multiplicado pela quantidade de serviços corretamente efetuados.

CLAÚSULA DÉCIMA TERCEIRA: Havendo diferença em desfavor da Administração, entre o valor cobrado pelas passagens aéreas e o valor informado na nota fiscal, o **CONTRATANTE** solicitará a retificação da fatura. Caso o pagamento já tenha sido efetuado, o desconto do valor pago a mais será efetuado na fatura subsequente.



PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE URUPÁ-RO

Palácio Dr.^a Elaine M^a Altafim

CLAÚSULA DÉCIMA QUARTA: O valor da tarifa a ser considerado será aquele praticado pelas concessionárias de serviços de transporte aéreo, inclusive quanto às classes promocionais.

CLAÚSULA DÉCIMA QUINTA: A **CONTRATADA** deverá, obrigatoriamente, possuir conta bancária vinculada ao seu CNPJ, ficando o pagamento condicionado à informação dos dados dessa conta na nota fiscal ou fatura de serviços.

CLAÚSULA DÉCIMA SEXTA: Para execução do pagamento, o **CONTRATADO** deverá fazer constar da Nota Fiscal/Fatura correspondente, em letra bem legível, em nome do setor demandante, o nome do Banco a ser creditado, e número da conta bancária e a respectiva Agência.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: Na ocorrência da rejeição de Nota Fiscal/Fatura, motivada por erro ou incorreções, o prazo estipulado no subitem 6.1 passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação, examinadas as causas da recusa.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: Na hipótese de atraso no pagamento da Nota Fiscal, devidamente atestada, o valor devido pelo Poder Público será atualizado financeiramente, até a data do efetivo pagamento. Contudo, se o inadimplemento da obrigação for provocado pela **CONTRATADA**, o **CONTRATANTE** ficará desobrigado de promover tal atualização monetária.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) O prazo de validade;
- b) A data da emissão;
- c) Os dados do contrato e do órgão **CONTRATANTE**;
- d) O valor a pagar; e
- e) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.



Palácio Dr.^a Elaine M^a Altafim

PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE URUPÁ-RO

CLÁUSULA VIGÉSIMA: A atualização financeira é admitida nos casos de eventuais atrasos de pagamento pelo Poder público, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido de alguma forma para o atraso. É devida desde a data limite fixada no contrato para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento quer seja parcela quer seja pagamento único.

CLAÚSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA: Os encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento poderão ser calculados com utilização da seguinte fórmula:

$$EM = N \times VP \times I$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de compensação financeira, assim apurado:

$$I = (TX/100)$$

$$365$$

TX = Percentual da taxa anual do IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Ampliado, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

DAS PENALIDADES

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA: O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas, caracterizará a inadimplência do **CONTRATADO**, sujeitando-o às seguintes penalidades:

a) Advertência por escrito;

b) multas, nos seguintes percentuais:

b.1) Por atraso injustificado quanto aos prazos fixados neste termo, descumprimento do



Palácio Dr.^a. Elaine M^a Altafim

PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE URUPÁ-RO

- planejamento previsto: multa de 0,1 % (um décimo por cento) sobre o valor pelo qual os bens foram vendidos, por dia de atraso, até o limite de 15 (quinze) dias, quando poderá ensejar a rescisão contratual;
- b.2) Inexecução do(s) serviço(s) contratado(s), caracterizada quando excedido o prazo que possa ensejar a rescisão contratual: multa de 5 % (cinco por cento) sobre o valor mínimo estabelecido pela **CONTRATANTE** para comercialização dos bens.
- c) Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o Poder Público Municipal, conforme disposto no art. 156 da Lei n. 14.133/2021;
- d) Declaração de Inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, nos termos do art. 156 da Lei n. 14.133/21;
- e) Todas as sanções previstas no art. 156, da Lei Federal n. 14.133, de 1º de abril de 2021, serão aplicadas pelo gestor, ou pela autoridade máxima da respectiva entidade, quando se tratar de Autarquia ou Função;
- f) Na aplicação das penalidades de advertência, multa e suspensão temporária será facultada a defesa prévia no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis;
- g) No caso de aplicação das penalidades previstas no subitem anterior será concedido prazo de 05 (cinco) dias úteis para apresentação de recurso;
- h) Na aplicação das penalidades de declaração de inidoneidade será facultada a defesa prévia no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias;
- i) As penalidades são independentes entre si, podendo ser aplicadas em conjunto ou separadamente, após a análise do caso concreto pelo Gestor, da plena execução dos serviços, objeto deste contrato.

DA RESCISÃO

Rua Otávio Pedro de Oliveira, n. 5049 - Bairro Alto Alegre, CEP- 76.929-000

CNPJ: 63.789.416/0001-50, fone (69) 3413-2444

“A prática do racismo e da discriminação é crime (CF./88, art. 5º, XLII; Lei 7.716/79)”



Palácio Dr.^a. Elaine M^a Altafim

PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE URUPÁ-RO

CLÁUSULA VIGÊSIMA TERCEIRA. A inexecução total ou parcial pela **CONTRATADA** de qualquer cláusula ou condições deste contrato implicará na sua rescisão, conforme dispostos nos artigos 137 e seguintes da lei n. 14.133/2021, em procedimentos próprios nos autos que estiver inserido este instrumento de contrato, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial.

PARÁGRAFO ÚNICO. A rescisão contratual poderá ocorrer, com fulcro no art. 138 e seguintes da lei n. 14.133/2021 da seguinte forma:

- a) Rescisão administrativa unilateral ou consensual será procedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente;
- b) Consensual, por acordo entre as partes, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse do Poder Legislativo, reduzida a termo no processo Administrativo, desde que haja conveniência para a Administração do **CONTRATANTE**;
- C) Determinada por decisão Judicial e Arbitral, nos termos da legislação vigente sobre a matéria, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

DOS ENCARGOS

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA: As despesas decorrentes de encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução deste contrato ficarão a cargo da **CONTRATADA**, bem como a correta aplicação da legislação atinente à segurança, à higiene e à medicina do trabalho.

DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA: A alteração de quaisquer das disposições estabelecidas neste contrato, somente se reputará válida se tomada nos termos da lei e expressamente em aditivo, que a este contrato se aderirá.



Palácio Dr.^a Elaine M^a Altafim

PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE URUPÁ-RO

DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DOS CASOS OMISSOS

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA: Este contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei n. 14.133/2021 e pelos preceitos de direito público, sendo aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

PARÁGRAFO ÚNICO: Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida lei, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

DA PUBLICAÇÃO

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA: O **CONTRATANTE** providenciará a publicação deste contrato na página da Procuradoria ligado ao site do Diário Oficial da AROM e no portal da transparência da Câmara Municipal de Urupá, para fins de garantia a ampla publicidade.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA: Aplicam-se às omissões deste contrato as disposições da Lei Federal n. 14.133/2021, e das demais normas legais e regulamentares e incidentes da espécie.

DO FORO COMPETENTE

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA: Para dirimir quaisquer questões decorrentes deste contrato, não resolvidas na esfera administrativa, fica eleito o foro da Comarca em Alvorada do Oeste/RO.

Urupá/RO, 15 de setembro de 2025

CÂMARA MUNICIPAL DE URUPÁ/RO.



PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE URUPÁ-RO

Palácio Dr.^a. Elaine M^a Altafim

EMPRESA DETENTORA

REPRESENTANTE

CPF:

TESTEMUNHAS:

Nome:

CPF:



Palácio Dr.^a. Elaine M^a Altafim

PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE URUPÁ-RO

ANEXO III

MODELO DE SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO E DECLARAÇÕES

NOME/RAZÃO SOCIAL:	
CNPJ:	
ENDEREÇO:	
CONTATO:	
E-MAIL:	

***TABELA DE PREENCHIMENTO OBRIGATÓRIO**

Senhores (a):

A presente solicitação tem a finalidade Credenciamento de empresa especializada na prestação de serviços de agenciamento de passagens aéreas nacionais, incluindo: reserva, emissão, marcação, remarcação para atender as necessidades da Câmara Municipal de Urupá, de acordo com as condições estabelecidas no Edital de Credenciamento nº ____/2025.

Em Consonância com os documentos, declaramos:

- a) Que se compromete a efetuar os serviços, objeto deste processo licitatório, nas condições exigidas no Edital e seus anexos;
- b) Que todas as despesas com a preparação e apresentação da presente proposta correrão unicamente por sua conta;
- c) Que reconhece a Câmara de Urupá/RO, o direito de aceitar ou rejeitar todos os documentos, sem que assista qualquer direito indenizatório às proponentes;
- d) Que a apresentação desta documentação compreende o pleno conhecimento das condições que servirão de base para a execução do objeto a ser CREDENCIADO.

Cabe declarar, ainda, sob as penalidades da lei:

- e) Que os dirigentes, sócios e gerentes da empresa da qual sejam representantes credenciados, não mantêm vínculo empregatício com a Câmara de Urupá/RO;



PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE URUPÁ-RO

Palácio Dr.^a Elaine M^a Altafim

- f) Que possui equipamentos e pessoal suficientes para a execução de todos os serviços que são objetos desse edital de credenciamento.
- g) Que tem conhecimento da obrigatoriedade de realizar o assessoramento, reserva, emissão, marcação, remarcação e reembolso de bilhetes de passagens aéreas, de caráter contínuo, sem fornecimento de mão de obra exclusiva, conforme especificações e prazos constantes no edital de credenciamento.
- h) Que Prestará assessoramento para a definição de melhor roteiro, horário e frequência de voos (partida/chegada), melhores conexões e tarifas promocionais, procedendo, ainda, quando solicitado pelo **CONTRATANTE**, à filtragem dos resultados por meio de critérios diversos, tais como horários de embarque e desembarque, duração de voo, escalas, conexões, classes, aeroportos, dentre outros.
- i) Que entregará os bilhetes de passagens aéreas nacionais até o prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após a solicitação direta do requisitante.
- j) Que manterá a disposição do **CONTRATANTE**, a qualquer momento, das 8h às 18h, de segunda a sexta, funcionários para atender prontamente as solicitações decorrentes dos serviços contratados.
- l) Que possui os recursos humanos suficientes para a continuidade do quantitativo necessário em situações de férias, licenças e outros eventos;
- g) Que a empresa representada não está sendo punida com suspensão temporária nem com declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração;
- h) Que a empresa não possui em seu quadro de pessoal, empregado menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, se for o caso, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição da República Federativa do Brasil.

_____, ____/____/____

(Representante Legal)



Palácio Dr.^a. Elaine M^a Altafim

PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE URUPÁ-RO

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

REFERENTE: CREDENCIAMENTO Nº. /2025

Processo Eletrônico n. 54/2025

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AGENCIAMENTO DE PASSAGENS AÉREAS NACIONAIS (RESERVA, EMISSÃO, MARCAÇÃO, REMARCAÇÃO E REEMBOLSO, NA MODALIDADE MENOR VALOR POR PASSAGEM AÉREA).

A empresa: _____ (razão social), devidamente inscrita no Ministério da Fazenda sob o CNPJ nº _____ com sede na _____ (endereço completo), por intermédio de seu representante legal, infra-assinado, para cumprimento do previsto no inciso I do artigo 63 da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, para os fins de cumprimento do exigido no **Credenciamento nº 006/2023, DECLARA** que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no Edital do Credenciamento em epígrafe e seus anexos, estando ciente de todos os seus termos.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente.

Urupá, ____ de _____ de 2025.

Assinatura do representante legal

NOME: _____

RG nº: _____

CARGO / FUNÇÃO: _____

Rua Otávio Pedro de Oliveira, n. 5049 - Bairro Alto Alegre, CEP- 76.929-000

CNPJ: 63.789.416/0001-50, fone (69) 3413-2444

"A prática do racismo e da discriminação é crime (CF./88, art. 5º, XLII; Lei 7.716/79)"



Palácio Dr.^a Elaine M^a Altafim

PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE URUPÁ-RO

ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AO Art.63, § 1º DA LEI 14.133/2021

REFERENTE: CREDENCIAMENTO Nº. /2025

Processo Eletrônico n. 54/2025

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AGENCIAMENTO DE PASSAGENS AÉREAS NACIONAIS (RESERVA, EMISSÃO, MARCAÇÃO, REMARCAÇÃO E REEMBOLSO, NA MODALIDADE MENOR VALOR POR PASSAGEM AÉREA).

DECLARO, sob as penas da lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, _____ que a PROPOSTA apresentada pela empresa _____ (denominação da pessoa jurídica), CNPJ nº _____, compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega.

Urupá, ____ de _____ de 2023.

(Assinatura do representante legal)

Nome:

RG nº: